

1 **Ata da 1º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos** 2 **Agrotóxicos**

3 Ao décimo quinto dia do mês de junho de 2016, às 8h40, na sede do Ministério Público do
4 Estado do Tocantins, o Procurador de Justiça e Coordenador do Fórum Tocantinense de
5 Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Dr. José Maria da Silva Júnior, após a
6 confirmação do quorum (conforme lista de presença contida no Anexo I), deu início à
7 Primeira Reunião Ordinária do Fórum. Em seguida, deu boas vindas e agradeceu a
8 presença de todos. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1) abertura e boas vindas;
9 2) Informes da Coordenação; 3) Análise e aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária;
10 4) Análise e aprovação do Plano de Trabalho, biênio 2016-2017 a ser apresentado pelas
11 Comissões Temática, 1, 2 e 3; 5) Palavra livre e 6) Encerramento. Nos informes da
12 coordenação, foi relatado que a notícia de fato encaminhada ao Ministério Público
13 Estadual (30ª Promotoria de Justiça da Capital) contendo denuncia sobre suposta recusa
14 do Município de Palmas em oferecer Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os
15 trabalhadores que atuam no controle de endemias foi encaminhada ao Ministério Público
16 do Trabalho, dada sua atribuição específica. Foi informado ainda, que o Comitê Estadual
17 da Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida do Tocantins solicitou sua adesão ao
18 Fórum. A solicitação será analisada pela Coordenação para posterior submissão ao
19 plenário do Fórum. A representante da Secretaria da Saúde informou ainda, da
20 necessidade de o Fórum se posicionar contra o Projeto de Lei de conversão nº9, de 2016,
21 que prevê a aplicação aérea de inseticidas em zona urbana para controle do mosquito
22 *Aedes aegypti*, tendo em vista o risco para população e para o meio ambiente, sem
23 evidência de efetividade para controle do vetor. Em pauta, a apreciação da Ata da 1ª
24 Reunião Extraordinária foi aprovada à unanimidade pelo plenário. Em seguida, foi
25 apresentado o Plano de Trabalho 2016 e 2017 pela relatoria da Comissão Temática 1:
26 Fiscalização, Monitoramento e Rastreabilidade. O trabalho da Comissão incluiu a
27 discussão e conhecimento sobre as ações de cada instituição responsável pela
28 fiscalização, a elaboração do Plano de Trabalho em si e a definição de encaminhamentos.
29 Dentre os encaminhamentos incorporados ao Plano de Trabalho da CT1 ficaram
30 definidos: a solicitação e sistematização das denúncias de contrabando de agrotóxicos
31 existentes nos órgãos (Adapec, Sec. Municipais de Agricultura, Mapa, Seagro, Visa), para
32 encaminhamento ao MPE e MPF; o estudo de medidas para solucionar o problema da
33 destinação dos produtos falsificados apreendidos pela Adapec; Em seguida foi
34 apresentado o Plano de Trabalho, conforme Anexo II. Posteriormente a relatoria da
35 Comissão 2: de Impactos à Saúde, ao Meio Ambiente e de Alternativas Sustentáveis
36 (Agroecologia e Produção Orgânica) fez a apresentação do Plano de Trabalho, conforme
37 planilha constante no Anexo II. As prioridades 1.1 e 1.2 e 4.1 relativas a essa Comissão
38 não tiveram suas ações metas, atividades e responsáveis definidos, bem como não houve
39 tempo hábil para a discussão das ações e atividades relativas à sua Prioridade 2.
40 Posteriormente, foi lido o Plano de Trabalho elaborado pela Comissão 3: de Políticas
41 Públicas, Informação e Pesquisa, cujas ações foram esboçadas, mas não tiveram todas
42 as suas metas e atividades definidas. Restou deliberado pela plenária que os conteúdos
43 do Plano de Trabalho não analisados retornarão às respectivas comissões temáticas (2 e
44 3) para detalhamento e conclusão, para posterior apresentação e aprovação do Fórum
45 em reunião extraordinária. Franqueada a palavra aberta aos presentes, o representante
46 do CREA propôs que as manifestações havidas nas discussões que possam gerar
47 divergências de opinião sejam emitidas com respeito às posições individuais, que nem
48 sempre serão convergentes, o que foi acatado por todos. Nada mais havendo a ser
49 tratado, a 1ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 11h50 minutos, cuja ATA foi por mim,
50 Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério Público do
51 Estado, redigida e assinada.